



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO

TJ MS

CARTÓRIOS



Tribunal de Justiça

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 - Esta prova é focada no concurso para outorga de delegações de serviços notariais e registrais do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS).
- 2 - A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 - **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso, o Instituto Consulplan.
- 4 - Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 - Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-TJ-MS-14-03-20>

Cartão de Respostas					
1	21	41	61	81	
2	22	42	62	82	
3	23	43	63	83	
4	24	44	64	84	
5	25	45	65	85	
6	26	46	66	86	
7	27	47	67	87	
8	28	48	68	88	
9	29	49	69	89	
10	30	50	70	90	
11	31	51	71	91	
12	32	52	72	92	
13	33	53	73	93	
14	34	54	74	94	
15	35	55	75	95	
16	36	56	76	96	
17	37	57	77	97	
18	38	58	78	98	
19	39	59	79	99	
20	40	60	80	100	

PROVA OBJETIVA**TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS
E REGISTRAIS**

01. Visando a prevenir os crimes de lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, o CNJ editou o Provimento 88/2019. A respeito dele, julgue os itens a seguir.

I) Cliente do serviço notarial é todo o usuário que comparecer perante um notário como parte direta ou indiretamente interessada em um ato notarial.

II) O Provimento aplica-se aos tabeliões de notas, protesto de títulos e oficiais de registro de imóveis.

III) Quando não for possível identificar o beneficiário final, os notários e registradores devem dispensar especial atenção à operação e colher dos interessados a declaração sobre quem o é, sendo vedada a prática do ato sem a indicação do beneficiário final.

IV) Deve ser dada especial atenção à operação ou propostas de operação envolvendo pessoa exposta politicamente, bem como com seus familiares, estreitos colaboradores ou pessoas jurídicas de que participem.

Estão corretos os itens:

- a) I e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III, IV.

02. Marque a alternativa incorreta.

- a) É vedada a contratação, nas serventias vagas, sob o jugo de responsáveis interinos, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afinidade, até o terceiro grau.
- b) O tabelião ou registrador não pode praticar, pessoalmente, ato de interesse de cônjuge ou parente até o terceiro grau.
- c) É defeso contratar prestação de serviços com empresa que tenha como sócio cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, colateral

ou por afinidade, até o 3º grau do responsável interino.

d) Um responsável interino pela serventia poderia contratar um irmão por parte de pai, somente, uma vez que não é parente de 2º grau porque isso se restringe a irmãos bilaterais ou germanos.

03. A respeito da fiscalização das serventias extrajudiciais, é correto afirmar.

a) A função correicional consiste na inspeção das serventias e é de exercício exclusivo do Corregedor-Geral da Justiça.

b) As correições serão ordinárias, extraordinárias e continuadas.

c) A correição ordinária é a fiscalização feita, habitualmente, em razão do dever funcional, sem que haja qualquer motivo especial.

d) A correição extraordinária é realizada apenas de forma excepcional e depende de denúncia, uma vez que se presta a apuração de irregularidades.

**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
NATURAIS**

04. Conforme Provimento 62/2017 do Conselho Nacional de Justiça e, a respeito do Apostilamento, são requisitos que deverão ser observados, exceto:

a) Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão solicitar à Corregedoria Nacional de Justiça autorização específica para que o serviço de apostilamento seja prestado, sob sua supervisão, por no máximo cinco escreventes habilitados.

b) A apostila será emitida mediante solicitação do portador do documento, sendo necessário o requerimento escrito. As autoridades apostilantes darão recibo de protocolo no momento do requerimento, estipulando prazo para entrega, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias.

c) O apostilamento de certidão de registro de documento e de reconhecimento de firma somente será permitido em documentos de natureza privada.

d) Na impossibilidade de digitalização do documento pela autoridade apostilante em razão da natureza do documento, o ato poderá ser praticado por terceiros, os quais prestarão declaração de responsabilidade acerca do conteúdo, devendo a autoridade apostilante conferir a correspondência entre o documento original e o digitalizado.

05. Assinale a alternativa correta acerca da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, instituída pelo Provimento 46/2015-CNJ:

a) A utilização da CRC – Comunicações não impede a realização da anotação por outros meios, como a apresentação diretamente ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do original ou cópia autenticada da certidão do ato. Contudo, fica vedada a anotação com base em informação obtida na CRC – Buscas.

b) Em virtude da obrigatoriedade da adesão à CRC, os Oficiais de Registro Civil poderão, facultativamente, atender às solicitações de certidões efetuadas por via postal, telefônica ou eletrônica, mediante o pagamento de emolumentos e de despesas de remessa.

c) Caso seja encontrado o registro pesquisado, poderá o consulente, no mesmo ato, solicitar a expedição da respectiva certidão que, após pagas todas as custas, será disponibilizada na Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, em formato eletrônico, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis. As referidas certidões eletrônicas ficarão disponíveis na Central Nacional de Informações do Registro Civil – CRC pelo prazo de seis meses.

d) A emissão de certidão negativa pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais deverá ser precedida de consulta à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, devendo ser consignado na certidão o código da consulta gerado (hash).

06. Assinale a alternativa correta.

a) São elementos obrigatórios do nome o prenome e o sobrenome ou apelido de família.

b) O princípio da imutabilidade do nome alberga apenas uma exceção, que é o da alteração disposta no art. 56 da Lei de Registros Públicos, também denominada alteração intermediária imotivada.

c) É inviável a alteração do nome após o prazo de um ano de completada a maioridade.

d) Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil é livre a escolha do prenome, não podendo haver recusa por parte do oficial de registro, ainda que encontre motivos para tal. A escolha compete aos pais e não deve haver interferência.

07. Assinale a alternativa incorreta acerca dos livros e da escrituração no Estado do Mato Grosso do Sul.

a) O serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais deverá, além dos livros indicados na Lei de Registros Públicos, possuir os livros de: I) Visitas do Ministério Público; II) Registro de Feitos; III) Registro das Habilitações de Casamento.

b) Para a qualificação das testemunhas e das pessoas que assinam a rogo dever-se-á mencionar a nacionalidade, a idade, a profissão, o estado civil, o endereço residencial e o número do documento de identificação.

c) O casamento homoafetivo obedecerá às regras estabelecidas no Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça, registrado no Livro “E”.

d) . A sentença declaratória de morte presumida será registrada no Livro “E” e averbada na serventia onde ocorreu o assento de nascimento, com comunicação à justiça eleitoral pela serventia.

08. A respeito do natimorto, é correto afirmar:

- a) O assento deve ser realizado no Livro C.
- b) Na indicação de nome deve constar expressamente “natimorto”, no lugar do nome.
- c) É dispensado o assento de nascimento de natimorto.
- d) Os delegatários e/ou interinos do RCPN devem remeter ao INSS, pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil ou por outro meio que venha a substituí-lo, a relação de natimortos em até 10 (dez) dias úteis.

TABELIONATO DE NOTAS

09. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul:

- a) Incumbe ao Tabelião lavrar, no livro protocolo, quaisquer declarações de vontade não defesas em lei;
- b) fiscalizar o pagamento dos impostos relativos aos documentos de que reconhece firma por verdadeiro;
- c) as normas relativas aos Tabeliães de Notas estão inseridas no Capítulo V, que cuida das atribuições dos servidores da justiça;
- d) o Tabelião praticará atos de sua atribuição no território do Estado onde tem sede.

10. A desburocratização, por meio da atuação dos Tabeliães de Notas, é uma realidade brasileira. Um bom exemplo disso é a lavratura de atos de inventário, divórcio e partilha realizados nos Cartórios, o que foi possível de se realizar após o advento da Lei 11.441/2017. As estatísticas mostram que desde então tem sido cada vez maior o número de divórcios realizados fora dos Tribunais, desafogando o judiciário e gerando, como consequência, economia. A respeito do tema, julgue as assertivas:

I – Em âmbito nacional, a Resolução nº 35 do Conselho Nacional de Justiça, de 24/4/2007, disciplina a aplicação da Lei 11.441/2007;

II - É necessária a presença do advogado, dispensada a procuração, ou do defensor

público, na lavratura das escrituras decorrentes da Lei nº 11.441/07;

III - Admitem-se inventário e partilha extrajudiciais com viúvo ou herdeiro capazes, inclusive por emancipação, representado por procuração formalizada por instrumento público com poderes especiais;

IV - Se as partes não dispuserem de condições econômicas para contratar advogado, o tabelião deverá recomendar-lhes a ordinária judicial.

Estão corretas, apenas, as assertivas:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, II, III.
- d) I e IV.

11. Imagine que você é Tabelião de Notas na cidade de Jardim, Mato Grosso do Sul. A Sra. Gertrudes comparece na sua serventia e narra que precisa de sua ajuda pois:

(i) comprou um imóvel de sua mãe, que fica localizado próximo ao Buraco das Araras, e o registro dessa alienação fora realizado há 13 meses;

(ii) o marido de Gertrudes, João, teme que a venda seja anulada, pois os dois irmãos de Gertrudes recusaram-se a anuir com a alienação;

(iii) Gertrudes, no entanto, conversou com seus irmãos e eles disseram que não veem problemas na alienação, mas como já foi feita sem a anuência, nada mais podem fazer;

(iv) pergunta como pode dar mais segurança jurídica à compra e venda, evitando que os irmãos possam pleitear anulação.

Diante do exposto, qual seria sua correta orientação, como Tabelião de Notas?

a) Explica que já não há mais o que temer, pois o registro da alienação fora realizado há mais de um ano, portanto, os irmãos já não podem mais pleitear a anulação da venda;

b) Explica que não há o que temer, pois a compra e venda não é anulável; apenas a doação de ascendente para descendente que se anula;

c) Explica que o ato é anulável, e ainda está dentro do prazo, então agora deve contar com a boa-fé dos irmãos, uma vez que juridicamente assumiu-se o risco de formalizar a compra a venda sem a anuência;

d) Explica que como seus irmãos agora manifestaram concordância, o ideal é lavrar um ato em apartado declarando a concordância, não sendo mais possível lavrar uma escritura de rerratificação.

12. Em relação aos serviços prestados pelo Tabelião de Notas:

a) o testamento cerrado não fica escrito na íntegra no livro de notas, que conterà apenas o termo de aprovação;

b) antes da lavratura de quaisquer atos, o tabelião deverá aceitar a CNH como forma de identificação civil, desde que dentro do prazo de validade;

c) o Tabelião de Notas deve identificar as pessoas que serão parte dos atos notariais, e deixarão de lavrá-los se for pessoa politicamente exposta;

d) as informações ao COAF devem ser realizadas inclusive quanto aos atos extraprotocolares, tais como reconhecimento de firma.

TABELIONATO DE PROTESTOS

13. Em relação ao pagamento dos títulos apresentados para protesto, segundo o Código de Normas do TJMS, é INCORRETO afirmar que:

a) Os Oficiais do Registro de Protesto ficam autorizados a cobrar, desde o vencimento, juros de mora de 1% ao mês, não cumuláveis, no resgate de títulos representativos de dívida líquida, certa e exigível.

b) Sempre que ocorra fundada dúvida sobre a autenticidade de firma que consta em documentos públicos ou particulares, o oficial do registro deverá, sob pena de responsabilidade, exigir o seu reconhecimento.

c) os emolumentos e as demais despesas comprovadas, de responsabilidade do devedor, deverão ser pagos por este, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo, hipótese em que o valor devido ao apresentante deverá ser feito em apartado, ao valor do título principal.

d) O cancelamento será feito somente pelo próprio tabelião ou por seu substituto legal.

14. Verifique as questões abaixo sobre o protesto no Código de Normas do TJMS.

() Os delegatários ficam obrigados a divulgar, em local visível ao público, a tabela de custas e de emolumentos.

() Nas dependências dos serviços registrais, o titular, seu substituto e os demais funcionários usarão crachá de identificação.

() Os serviços registrais manterão fichas com padrão de firmas dos serventuários dos cartórios ou dos substitutos eventuais e dos juizes das respectivas comarcas, destinadas à confrontação com os títulos ou os documentos públicos que forem apresentados para registro ou para averbação. A confrontação aqui prevista é cobrada de acordo com a tabela de emolumentos e importa em ato notarial.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

a) F – V – F

b) V – F – V

c) F – V – V

d) V – V – F

15. Sobre a intimação do protesto efetuada por edital e, segundo o código de normas do TJMS, é correto afirmar que:

- a) Não é permitida.
- b) É permitida, sendo afixada no tabelionato.
- c) É permitida, sendo afixada no tabelionato, além de publicado o edital na imprensa, onde houver jornal local de circulação diária, ou em meio eletrônico.
- d) É permitida, sendo afixada no tabelionato, além de publicado o edital na imprensa, onde houver jornal local de circulação diária.

Gabarito: C

Comentários: O edital é permitido, sendo sua afixação a correspondente a letra c, nos termos do artigo 506 das normas, alterada em junho de 2019.

REGISTRO DE IMÓVEIS

16. O Princípio da Unitariedade norteador da atividade registral imobiliária determina que:

- a) A atividade registral depende de provocação do interessado.
- b) Os títulos que objeto de registro no Registro de Imóveis são aqueles constantes em lei.
- c) Cada imóvel será registrado em uma única matrícula aberta no Livro nº 2 – Registro Geral.
- d) O imóvel e os sujeitos envolvidos no título ou documentos levados a registro devem estar perfeitamente descritos e individuados.

17. Fazendo uma análise dos livros obrigatórios para o Registro de Imóveis, podemos afirmar que são os seguintes:

- a) Livro 1 – Protocolo, Livro 2 – de Protesto, Livro 3 – de Testamentos, Livro 4 – Indicador Real e Livro 5 – Indicador Pessoal.
- b) Livro 1 – Protocolo, Livro 2 – Matrícula, Livro 3- Auxiliar, Livro 4 – Indicador Real, Livro 5 – Indicador Pessoal, e, o Livro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.

c) Livro 1 – Protocolo, Livro 2 – da Hipotecas, Livro 3 – Das transcrições/transmissões, Livro 4 – Indicador Real, Livro 5 – Indicador Pessoal.

d) Livro 1 – Protocolo, Livro 2 – de Nascimento, Livro 3 – de Óbito, Livro 4 – Indicador Real, e Livro 5 – Indicador Pessoal.

18. No que diz respeito ao tombamento no Registro de Imóveis, é certo que:

- a) Não será objeto de registro nem de averbação.
- b) O ato a ser realizado será sempre o de averbação no Livro nº 3 – Registro Auxiliar.
- c) O tombamento será registrado integralmente no Livro nº 3 – Registro Auxiliar e averbado na matrícula ou na transcrição do respectivo imóvel.
- d) O ato a ser realizado será sempre de registro na matrícula do imóvel.

19. Sobre os prazos no procedimento de suscitação de dúvida, podemos afirmar que:

- a) Ao tomar ciência dos termos da dúvida pelo Oficial, o apresentante terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar;
- b) Impugnada a dúvida, o Ministério Público deverá ser ouvido no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) O juiz proferirá a decisão da dúvida no prazo de 05 (cinco) dias.
- d) O apresentante terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a dúvida.

20. Em relação ao processo de registro na serventia registral imobiliária, assinale a alternativa correta:

a) Serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.

b) O número de ordem determinará a prioridade do título, e esta a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título simultaneamente.

c) Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob dois números de ordem no Protocolo.

d) Protocolizado o título, proceder-se-á ao registro, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo nos casos previstos nos artigos seguintes.

21. No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos os registros:

I. Cédulas de crédito rural e industrial;

II. Cessão de crédito imobiliário;

III. Cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade;

IV. Convenções Antenupciais

A sequência correta é:

a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

b) Apenas a assertiva III está incorreta.

c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

a) A autenticação de novo livro será feita mediante a exibição do livro anterior a ser encerrado.

b) O emolumento correspondente a averbação e autenticação do livro “Diário” será cobrado com base no item “averbação de qualquer natureza” constante na tabela de emolumentos.

c) Os interessados devem apresentar petição solicitando a averbação e autenticação dos livros.

d) Os documentos dos atos constitutivos devem estar registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

23. Com base no Código de Normas e, a respeito do livro protocolo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, é correto afirmar:

a) O Livro de Protocolo poderá ser escriturado pelo sistema de folhas soltas, arquivadas em pastas, em ordem numérica e cronológica, e conterà, no máximo, cento e cinquenta folhas.

b) No Livro Protocolo, a coluna destinada ao lançamento do dia e do mês não poderá ser substituída por termo de encerramento diário.

c) O livro Protocolo é facultativo na especialidade e, se adotado, servirá para anotação dos registros.

d) O número de ordem crescente começará em um, sem interrupção.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

22. Sem prejuízo da competência das repartições da Secretaria da Receita Federal e da Junta Comercial, os oficiais do Registro Civil de Pessoas Jurídicas poderão averbar e autenticar os livros contábeis obrigatórios das sociedades simples. Dessa forma, conforme o Código de Normas estadual, são requisitos para a autenticação de livros contábeis, EXCETO:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

24. Assinale a alternativa correta, segundo o código de normas em relação ao registro de títulos e documentos:

- a) Na parte superior de cada página do livro, escrever-se-ão o título, a letra, o número, sem necessidade do ano em que começar.
- b) O Livro "A" deverá conter colunas em que se indicarão o número de ordem, o dia, o mês e o ano, a natureza do título e a quantidade do lançamento, nome do apresentante para anotações e averbações.
- c) O Livro "B" terá lançados, antes de cada registro, o número de ordem, a data do protocolo e o nome do apresentante; conterá colunas para as declarações de número de ordem, de dia e de mês, de transcrição e, finalmente, para anotações e para averbações.
- d) O Livro "C" conterá colunas em que se declare o número de ordem, o dia, o mês e o ano, a espécie e o resumo do título e, finalmente, anotações e averbações.

25. Sobre o registro de títulos e documentos segundo o código de normas, considere as seguintes afirmações:

- I. As procurações levadas ao registro de títulos e de documentos deverão trazer reconhecidas as firmas dos outorgantes.
- II. Em se tratando de traslado da procuração, deverá ser reconhecida a firma de quem tiver assinado o traslado.
- III. Os requerimentos de cancelamento deverão ser arquivados juntamente com os documentos que os instruírem. No verso dos requerimentos arquivados, será anotada, em resumo, a providência tomada em sua decorrência.

São verdadeiras:

- a) I e II.
- b) Todas são verdadeiras.
- c) I e III.
- d) Há somente uma verdadeira.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

26. Acerca do que dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias, assinale o órgão que é incumbido da orientação, fiscalização e disciplina administrativa dos serviços judiciários.

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Conselho da Magistratura
- d) Corregedoria-Geral de Justiça

27. Acerca do que dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias, os cartórios não são classificados em

- a) de comarca de entrância especial
- b) de comarca de Segunda entrância
- c) de comarca de primeira entrância e da sede de municípios
- d) de registro civil de pessoas naturais dos termos judiciários

28. Acerca do que dispõe o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça sobre as certidões, assinale a opção correta

- a) As certidões negativas serão fornecidas no prazo máximo de dois dias úteis e abrangerão o período mínimo dos cinco anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.
- b) As certidões negativas serão fornecidas no prazo máximo de 48 horas e abrangerão o período mínimo dos cinco anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.
- c) As certidões não retiradas dentro de trinta dias, contados a partir da data designada para sua entrega, serão inutilizadas, e acarretará a perda dos emolumentos recolhidos.
- d) As certidões não retiradas dentro de dez dias, contados a partir da data designada para sua entrega, serão inutilizadas, e acarretará a perda dos emolumentos recolhidos.

29. Os traslados e as certidões dos atos notariais serão fornecidos

a) no prazo de cinco dias, contados a partir da lavratura ou do pedido. Necessariamente, serão subscritos pelo tabelião ou por seu substituto legal, e todas as folhas rubricadas.

b) no prazo de dez dias, contados a partir da lavratura ou do pedido. Necessariamente, serão subscritos pelo tabelião ou por seu substituto legal, e todas as folhas rubricadas.

c) no prazo de quinze dias, contados a partir da lavratura ou do pedido. Necessariamente, serão subscritos pelo tabelião ou por seu substituto legal, e todas as folhas rubricadas.

d) no prazo de vinte dias, contados a partir da lavratura ou do pedido. Necessariamente, serão subscritos pelo tabelião ou por seu substituto legal, e todas as folhas rubricadas.

30. Conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso, assinale a opção CORRETA acerca dos Livros do Registro Civil de Pessoas Naturais

a) Livro E do Registro de Proclamas, com 200 folhas.

b) Livro B do Registro de Casamento e da conversão da União Estável em casamento, com 300 folhas.

c) Livro D do registro de Óbitos, com 300 folhas

d) Livro A de registro de natimortos, com 300

DIREITO CIVIL

31. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) Tratando-se de brasileiros, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento e os mais atos de Registro Civil e de tabelionato, salvo o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do Consulado.

b) As autoridades consulares brasileiras também poderão celebrar a separação consensual e o divórcio consensual de

brasileiros, ainda se houver filhos menores ou incapazes do casal, mas observados os requisitos legais quanto aos prazos.

c) No caso da separação e divórcio consensual celebrado por autoridades consulares, deve constar da respectiva escritura pública as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.

d) Para celebração do casamento por autoridades consulares brasileiras, é indispensável a assistência de advogado, devidamente constituído, que se dará mediante a subscrição de petição, juntamente com ambas as partes, ou com apenas uma delas, caso a outra constitua advogado próprio, sendo necessário que a assinatura do advogado conste da escritura pública.

32. Com relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar:

a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

b) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, e, em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida o cônjuge, os ascendentes e os descendentes.

c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, se houver intenção difamatória.

d) Nenhuma pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

33. No tocante às associações reguladas pelo Código Civil, é correto afirmar:

- a) As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins econômicos, determinando entre os associados direitos e obrigações recíprocos.
- b) Os associados devem ter iguais direitos, porém o estatuto pode instituir categorias com vantagens especiais.
- c) Não dispondo o estatuto em contrário, a qualidade de associado é transmissível.
- d) Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, será destinado à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

34. No que se refere ao domicílio: I – Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. II - Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados. III - Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder. IV – O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, deverá ser demandado no Distrito Federal.

Aponte as assertivas incorretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

35. Com relação aos negócios jurídicos, no Código Civil: I - Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País. II – No negócio jurídico, é veda a previsão de cláusula de não valer sem instrumento público. III – É vedado às partes pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei. IV - Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Aponte as assertivas incorretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

36. Com relação à cessão de crédito, é correto afirmar:

- a) A cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, ainda que não conste do instrumento da obrigação.
- b) É nula, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se não celebrar-se mediante instrumento público, ou instrumento particular revestido das solenidades previstas em lei.
- c) O cessionário de crédito hipotecário tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.
- d) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.

37. Com relação aos contratos de compra e venda, é correto afirmar:

- a) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
- b) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- c) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, dispensa-se o consentimento do cônjuge se o regime de bens for o da separação total.
- d) É anulável a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.

38. A respeito dos contratos de doação: I - A doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, salvo se outra coisa dispuser, podendo ultrapassar a vida do donatário. II - A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular. III - A doação verbal será válida, se versando sobre bens móveis e de pequeno valor, se lhe seguir incontinenti a tradição. IV - Se o donatário for absolutamente incapaz, é indispensável a aceitação, desde que se trate de doação pura.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I, II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

39. A respeito do entendimento jurisprudencial acerca do contrato de fiança: I - O contrato de fiança deve ser interpretado restritivamente, de modo que a responsabilidade dos fiadores se resume aos termos do pactuado no ajuste original, com o qual expressamente consentiram. II - Existindo, no contrato de locação, cláusula expressa prevendo que os fiadores respondam pelos débitos locativos até a efetiva entrega do imóvel, subsiste a fiança no período em que referido contrato foi

prorrogado, ainda na hipótese de exoneração do encargo. III - Havendo mais de um locatário, é válida a fiança prestada por um deles em relação aos demais, o que caracteriza fiança recíproca. IV - O fiador na locação responde por obrigações resultantes de aditamento, ainda que não haja anuência.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I, II, III.
- b) II, III e IV.
- c) I e III
- d) II e IV.

40. De acordo com a codificação civil, a respeito da aquisição da propriedade móvel, o registro do título translativo no Registro de Imóveis:

- a) uma vez cancelado, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, caso haja boa-fé.
- b) se não exprimir a verdade, poderá o interessado reclamar que se retifique, sendo incabível a anulação.
- c) enquanto não for decretada a invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente não pode ser havido como dono do imóvel.
- d) é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.

41. Com relação ao instituto da multipropriedade, é correto afirmar:

- a) Institui-se a multipropriedade obrigatoriamente por ato entre vivos, registrado no competente cartório de registro de imóveis, devendo constar daquele ato a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo.
- b) Não haverá direito de preferência na alienação de fração de tempo, salvo se estabelecido no instrumento de instituição ou na convenção do condomínio em multipropriedade em favor dos demais multiproprietários ou do instituidor do condomínio em multipropriedade.

c) O instrumento de instituição da multipropriedade poderá estabelecer o limite mínimo de frações de tempo no mesmo imóvel que poderão ser detidas pela mesma pessoa natural ou jurídica.

d) Em caso de instituição da multipropriedade para posterior venda das frações de tempo a terceiros, o atendimento a eventual limite de frações de tempo por titular estabelecido no instrumento de instituição será obrigatório anteriormente à venda das frações.

42. Com relação à disciplina do casamento no Código Civil, é correto afirmar:

a) A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas, para as pessoas cuja pobreza for declarada, sob as penas da lei.

b) O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data do seu registro.

c) Será anulável o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.

d) O casamento religioso, celebrado sem as formalidades exigidas pela lei, terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, após quinze dias da sua celebração, no registro civil, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

43. Com relação ao testamento, é nula a disposição testamentária, exceto:

a) que institua herdeiro ou legatário sob a condição captatória de que este disponha, também por testamento, em benefício do testador, ou de terceiro.

b) que se refira a pessoa incerta, cuja identidade possa averiguar.

c) que favoreça a pessoa incerta, cometendo a determinação de sua identidade a terceiro.

d) que deixe a arbítrio do herdeiro, ou de outrem, fixar o valor do legado.

ECA

44. A família substituta é aquela que substitui a família biológica de uma criança ou adolescente quando esta não pode, não consegue ou não quer cuidar do menor. Sobre o tema, é correto afirmar que:

a) A colocação em família substituta far-se-á exclusivamente mediante adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.

b) A criança ou o adolescente será obrigatoriamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida e, quando o juiz julgar cabível, terá sua opinião devidamente considerada.

c) Em se tratando de maior de 12 anos de idade, será necessário o seu consentimento, colhido em audiência.

d) Os grupos de irmãos sempre serão colocados sob adoção na mesma família substituta, procurando-se, em qualquer causa, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.

45. Com base nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a adoção, é correto afirmar:

a) A adoção é medida excepcional e revogável, observados os direitos e interesses do adotando, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

b) A adoção é ato personalíssimo, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê hipóteses em que será admitida a adoção por procuração.

c) Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses dos pais.

d) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL

46. Com relação às locações dos imóveis urbanos, é correto afirmar:

a) Considera - se locação residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar - se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, executivos ou empregados.

b) O contrato de locação por prazo indeterminado pode ser denunciado por escrito, pelo locador, concedidos ao locatário noventa dias para a desocupação.

c) Nas locações residenciais ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, somente após notificação ou aviso.

d) Considera - se locação para temporada aquela destinada à residência temporária do locatário, para prática de lazer, realização de cursos, tratamento de saúde, feitura de obras em seu imóvel, e outros fatos que decorrem tão-somente de determinado tempo, e contratada por prazo não superior a noventa dias, esteja ou não mobiliado o imóvel.

47. Os emolumentos devidos pelos atos de abertura de matrícula, registro de incorporação, parcelamento do solo, averbação de construção, instituição de condomínio, averbação da carta de "habite-se" e demais atos referentes à construção de empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida serão reduzidos em:

a) 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos do FAR e do FDS.

b) 50% (cinquenta por cento) para os atos relacionados aos demais empreendimentos do PMCMV.

c) 70% (setenta por cento) para os empreendimentos do FAR e do FDS.

d) 70% (setenta por cento) para os atos relacionados aos demais empreendimentos do PMCMV.

48. De acordo com a legislação referente ao condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, a iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliárias caberão ao incorporador, que não poderá ser:

a) o proprietário do terreno, o promitente comprador.

b) o construtor ou corretor de imóveis.

c) o ente da Federação imitido na posse a partir de decisão proferida em processo judicial de desapropriação em curso ou o cessionário deste, independente de comprovação de registro no registro de imóveis competente.

d) o cessionário deste ou promitente cessionário.

49. No que se refere à Correção Monetária dos Contratos Imobiliários: I - Os contratos de vendas ou construção de habitações para pagamento a prazo ou de empréstimos para aquisição ou construção de habitações poderão prever o reajustamento das prestações mensais de amortização e juros, com a consequente correção do valor monetário da dívida toda a vez que o salário mínimo legal for alterado. II - Cada reajustamento entrará em vigor após 30 (trinta) dias da data de vigência da alteração do salário-mínimo que o autorizar e a prestação mensal reajustada vigorará até novo reajustamento. III - Do contrato poderá constar, à escolha das partes, a relação original entre a prestação mensal de amortização e juros e o salário-mínimo em vigor na data do contrato. IV - Durante a vigência do contrato, a prestação mensal reajustada não poderá exceder em relação ao salário-mínimo em vigor, a percentagem nele estabelecida.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

50. Com relação ao Sistema de Financiamento Imobiliário, as operações de financiamento imobiliário em geral, no âmbito do SFI, serão livremente pactuadas pelas partes, observadas as seguintes condições essenciais, exceto:

- a) reposição integral do valor emprestado e respectivo reajuste.
- b) remuneração do capital emprestado às taxas convencionadas no contrato.
- c) proibição da capitalização dos juros.
- d) contratação, pelos tomadores de financiamento, de seguros contra os riscos de morte e invalidez permanente.

51. Com relação à impenhorabilidade do bem de família, é correto afirmar:

- a) O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas na lei.
- b) A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, ainda que não quitados.
- c) Incluem-se na impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.
- d) Para os efeitos de impenhorabilidade, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente ou temporária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

52. A respeito das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.
- b) A exigência de atuação conforme a boa-fé é destinada apenas ao autor e réu.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) Para fins de julgamento dos embargos de declaração e do agravo de instrumento não é necessário observar a ordem cronológica de conclusão prevista no artigo 12 do Código de Processo Civil.

53. A respeito de jurisdição e da ação, assinale a opção correta.

- a) O interesse do autor pode limitar-se à declaração de autenticidade ou falsidade de documento.
- b) As decisões dos órgãos jurisdicionais têm aptidão para se tornarem indiscutíveis, mas são passíveis de revisão pelas demais funções estatais.
- c) É permitida a postulação de direito alheio em nome próprio, desde que autorizada pela lei.
- d) A cooperação jurídica internacional somente é possível sob a vigência de tratado assinado pelo Brasil.

54. Sobre os atos processuais, a partir das disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, seja expressa ou tacitamente
- b) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
- c) Todas as nulidades dos atos, se não alegadas na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, serão consideradas preclusas.
- d) Salvo disposição em sentido contrário, considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital.

55. Segundo o Código de Processo Civil, ensejam a suspensão do processo:

- I) Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- II) Perda de capacidade processual de qualquer das partes.
- III) Convenção entre as partes.
- IV) Arguição de suspeição.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

56. Acerca da reconvenção, é correto afirmar que:

- a) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- b) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- c). Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção a reconvenção.

d) Não é necessário atribuir valor da causa à reconvenção.

57. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- b) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro devem ser previamente homologados pela autoridade judiciária brasileira para estarem aptos para serem executados.
- c) Após iniciado o procedimento executório, o exequente tem o direito de desistir apenas de toda a execução, vedada a desistência parcial de apenas algumas medidas executivas.
- d) Ainda que as partes e o juízo sejam os mesmos para fins de execução, o exequente não poderá cumular várias execuções quando elas foram fundadas em títulos diferentes.

58. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar sobre a audiência de conciliação:

- a) A intimação da parte para comparecer à audiência deverá ser pessoal.
- b) É dispensada a presença de advogados ou de defensor público na audiência de conciliação.
- c) Com a nova sistemática de solução consensual de conflitos, caso o autor seja devidamente intimado para participar da audiência de conciliação/mediação e, mesmo assim, não compareça, não mande representante com poderes de negociação e transação nem apresente justificativa de ausência, o juiz extinguirá o processo, sem resolução de mérito, nos mesmos moldes do previsto na Lei n. 9.099/95.
- d) O Código de Processo Civil optou por tomar a atual audiência de mediação/conciliação uma regra, somente dispensando-a quando o direito em debate não admitir autocomposição ou se ambas as partes, expressamente, declinarem desinteresse na realização do ato.

59. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
- b) É possível a intervenção de terceiros em procedimento de dúvida.
- c) A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença, mesmo antes do trânsito em julgado, perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.
- d) A demarcação e a divisão poderão ser realizadas por escritura pública, desde que maiores, capazes e concordes todos os interessados, observando-se, no que couber, os dispositivos deste Capítulo.

DIREITO PENAL

60. Assinale a alternativa incorreta sobre Direito Penal:

- a) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste. Entretanto, o agente responderá pelo crime cometido, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- b) O crime de roubo com emprego de arma branca, que tinha passado a ser modalidade simples do delito com a Lei 13.654/2018, volta a ser considerado majorado com o advento da Lei 13.964/2019.
- c) O autor que, preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo, atribui-se falsa identidade perante a autoridade policial, a fim de ocultar seus maus antecedentes, ou mesmo a fim de se eximir de eventual responsabilidade penal, comete crime de falsa identidade (CP, art. 307), ainda que alegue ter agido em situação de autodefesa, sendo este o entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

d) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

61. Assinale a alternativa que NÃO representa um entendimento consolidado do STJ sobre matéria penal:

- a) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.
- b) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.
- c) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo previsto no artigo 75 do Código Penal.
- d) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

62. Analise as seguintes assertivas sobre Direito Penal:

I – Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem, configura o crime de peculato culposo. Caso haja a reparação do dano antes do trânsito em julgado, há a extinção da punibilidade.

II – O crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no artigo 313-A do CP, exige que o funcionário público seja autorizado a acessá-lo, enquanto o delito de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, com previsão no artigo 313-B do CP, exige apenas que o sujeito ativo seja funcionário.

III – Para fins penais, o oficial de registro de imóveis é considerado funcionário público.

IV – quem se utiliza, indevidamente, do acesso restrito a que tem acesso em virtude de sua função pública comete o crime de violação de sigilo funcional.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) apenas a I.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

63. João Registro, oficial de registro civil de Campo Grande, fica sabendo que o loteamento do seu pai na cidade está com pendências na Prefeitura Municipal. Valendo-se da facilidade de suas funções, agenda uma reunião com o Prefeito e pede que, em razão de seu prestígio social pela atividade exercida na comunidade interceda em favor do seu pai.

Considerando que o interesse do pai de João Registro é legítimo, já que seu loteamento possui a documentação regularizada, pode-se considerar que a sua conduta:

- a) é atípica penalmente.
- b) configura o crime de tráfico de influência.
- c) configura o crime de exploração de prestígio.
- d) configura o crime de advocacia administrativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

64. Sobre prisão e medidas cautelares, é correto afirmar:

- a) A falta de exibição do mandado não obsta a prisão se a infração for inafiançável.
- b) O Código de Processo Penal autoriza que o juiz substitua prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o agente for mulher, com filho de até 8 anos de idade incompletos.
- c) A fiança não poderá ser cumulada com outras medidas cautelares.
- d) É medida cautelar diversa da prisão a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, a critério do juiz e ao largo das circunstâncias do caso, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.

65. Pela letra da lei vigente e eficaz, uma vez instaurado o inquérito policial, a autoridade competente para determinar seu arquivamento é:

- a) A autoridade policial que o instaurou.
- b) O promotor de justiça.
- c) O Juiz.
- d) Uma vez instaurado o IP, não há possibilidade de arquivamento.

66. Sobre as prisões cautelares, assinale a alternativa correta:

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- b) Em caso de descumprimento de medida cautelar, deve o juiz de ofício e de imediato, decretar a prisão preventiva, sendo vedada a substituição por outra medida.
- c) A prisão preventiva poderá ser decretada a requerimento do Ministério Público, após representação da autoridade policial ou de ofício, seja durante as investigações seja no curso da ação penal.
- d) A decretação de prisão preventiva fundada na garantia da ordem pública dispensa a prévia análise do cabimento das medidas cautelares diversas da prisão previstas no CPP.

67. De acordo com o Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- b) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher.
- c) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor, devendo a vítima ser intimada da homologação do acordo e de seu descumprimento.
- d) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a 4 (quatro) anos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

68. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os partidos políticos, assim como suas fundações, possuem imunidade tributária com relação aos impostos, desde que atendidos os requisitos legais.
- b) São imunes com relação aos impostos as entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, desde que atendidos os requisitos legais.
- c) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.
- d) São imunes com relação aos impostos os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na

etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

69. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

70. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- d) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

71. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

72. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.

c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU prescinde da edição de lei em sentido formal.

d) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do

próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

73. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

b) Apenas os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em regime de monopólio estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

74. Assinale a alternativa incorreta.

a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato da alienação.

c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

d) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da comprovação de dolo ou culpa.

75. Sobre o princípio da anterioridade, assinale a alternativa incorreta:

a) O Princípio da anterioridade tem origem no antigo princípio da anualidade, não mais vigente no direito brasileiro. Pelo princípio da anualidade, a cobrança de um tributo estava condicionada à prévia autorização orçamentária.

b) Há duas modalidades de anterioridade prevista no texto constitucional: a anterioridade anual ou anterioridade de exercício, prevista no artigo 150, inciso III, alínea b; e a anterioridade nonagesimal ou noventena, prevista no artigo 150, inciso III, alínea c e no § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.

c) Todos os tributos que aparecem como mitigações ao princípio da legalidade também são exceções ao princípio da anterioridade anual.

d) Todos os tributos que aparecem como exceções ao princípio da anterioridade anual são também mitigações ao princípio da legalidade.

DIREITO COMERCIAL

76. De acordo com o art. 966, *caput*, do CC: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”. Entre as alternativas abaixo, qual identifica o elemento “atividade econômica”:

a) Frequência da atividade.

b) Obtenção de lucro.

c) Finalidade lucrativa.

d) Ausência de personalidade.

77. No que tange à subordinação das Juntas Comerciais, assinale a alternativa **correta**:

a) As juntas comerciais subordinam-se, administrativamente, ao governo do respectivo ente federativo e, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

b) As juntas comerciais subordinam-se, tecnicamente, ao governo do respectivo ente federativo e, administrativamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

c) As juntas comerciais subordinam-se, administrativa e tecnicamente, ao governo do respectivo ente federativo.

d) As juntas comerciais subordinam-se, administrativa e tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

78. Quanto à desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

b) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento pela sociedade de obrigação do sócio ou do administrador ou vice-versa.

c) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.

d) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

79. NÃO é princípio do nome empresarial:

- a) Veracidade.
- b) Novidade.
- c) Unicidade.
- d) Alienabilidade.

80. De acordo com o entendimento do STJ, o *stay period*:

- a) Deve ser contado em dias corridos.
- b) Não pode ser prorrogado.
- c) Pode ser prorrogado de forma genérica e indiscriminada.
- d) Deve ser contado em dias úteis.

81. A duplicata pode ser sacada:

- a) Para cobrança de aluguel de bens móveis.
- b) Apenas de forma não escritural.
- c) Desde que corresponda a apenas uma fatura.
- d) Para pagamento de empréstimo bancário.

81. A duplicata pode ser sacada:

- a) Para cobrança de aluguel de bens móveis.
- b) Apenas de forma não escritural.
- c) Desde que corresponda a apenas uma fatura.
- d) Para pagamento de empréstimo bancário.

82. A sociedade anônima pode adotar como nome empresarial:

- a) Firma social ou razão social.
- b) Denominação ou firma social.
- c) Denominação apenas.
- d) Firma social apenas.

83. De acordo com a Lei Complementar nº 123/06, entende-se por pequeno empresário:

a) O empresário individual, caracterizado como microempresa, que aufera receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.

b) O empresário individual e a sociedade empresária, caracterizados como microempresa, que auferam receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.

c) A sociedade empresária, caracterizada como microempresa, que aufera receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.

d) O empresário individual, caracterizado como microempresa ou como empresa de pequeno porte, que aufera receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.

DIREITO CONSTITUCIONAL

84. Sobre os direitos sociais, aponte a alternativa que não corresponde à jurisprudência do STF:

a) A garantia constitucional da gratuidade de ensino não impede a cobrança de mensalidade em curso de especialização, por universidades públicas.

b) Fere o direito à saúde, assim como a autonomia profissional do médico, a previsão normativa, no âmbito do Sistema único de Saúde, que veda a internação em acomodações superiores, ou mesmo o atendimento médico diferenciado, mediante o pagamento dos valores correspondentes pelo usuário.

c) Os estrangeiros residentes no país podem obter benefício assistencial, desde que atendidos os requisitos constitucionais e legais.

d) Em virtude do elevado número de programas governamentais para área da educação, bem como da edição da Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e da Lei n. 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação), o STF decidiu pela ausência de omissão do Chefe do Poder Executivo Federal na erradicação do analfabetismo.

85. Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário de determinado Estado da Federação, foi comunicada pelo sindicato da categoria que seriam iniciadas as negociações coletivas de trabalho e era obrigatória a participação do sindicato. Por tal razão, era igualmente obrigatória a filiação de todos os servidores ao sindicato, de modo que a categoria não fosse sub-representada em seus interesses.

A narrativa afigura-se

a) incorreta em relação a Joana, pois a filiação é facultativa, e correta quanto ao sindicato, pois a sua participação é imposta pela Constituição;

b) correta em relação a Joana, por força do princípio da solidariedade social, e incorreta quanto ao sindicato, por ferir o princípio da liberdade de gestão;

c) correta em relação a Joana, já que a filiação dos servidores do Poder Judiciário é obrigatória, e incorreta quanto ao sindicato, que tem autonomia gerencial;

d) incorreta em relação a Joana, pois os servidores do Poder Judiciário não podem filiar-se a sindicato, e correta quanto ao sindicato, desde que haja determinação judicial;

86. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, nepotismo é a conduta de nomear para cargos públicos em comissão ou funções de confiança de livre provimento e de livre exoneração parentes, cônjuges ou companheiros de agentes públicos, enaltecendo critérios de promoção familiar e de afinidade em detrimento de critérios de mérito e capacidade funcional, no acesso a cargos públicos. Ainda levando em conta os entendimentos firmados pelo Supremo Tribunal Federal sobre nepotismo, assinale a alternativa incorreta:

a) A vedação ao nepotismo decorre diretamente dos princípios contidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal e não exige a edição de lei.

b) A Súmula Vinculante 13, ao explicitar as situações em que se caracteriza o nepotismo, não esgotou as hipóteses de violação á moralidade decorrente da contratação por influência de vínculos familiares na

Administração Pública, de forma que é possível a configuração de nepotismo em situações outras, ali não expressamente definidas.

c) A definição de nepotismo, contida na Súmula Vinculante 13 STF, não abrange situações de nomeação, para cargos e funções de confiança, de servidores efetivos, com vínculos familiares com a autoridade nomeante.

d) o nepotismo cruzado, assim entendido o ajuste mediante designações recíprocas, macula de inconstitucionalidade as nomeações para cargos políticos, inclusive.

87. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já abordou ser a separação dos poderes derivada da "necessidade de conter os excessos dos órgãos que compõem o aparelho do Estado, representa o princípio conservador das liberdades do cidadão e constitui o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição". Quanto à organização dos Poderes assentada na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta.

a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, entre outras funções, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado; proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; e elaborar seu regimento interno

b) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, após o recebimento das petições e a respectiva instauração do processo pelo Senado Federal. Se, decorrido o prazo de noventa dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo

c) Compete privativamente ao Senado Federal, entre outras funções, processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; bem como processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade

d) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão

88. Segundo o STF, lei editada pelo Poder Legislativo de estado da Federação para regulamentar o inquérito policial deverá ser considerada

a) inconstitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é privativa da União.

b) inconstitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é exclusiva da União.

c) constitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é concorrente e, caso não haja lei federal sobre normas gerais, o estado poderá exercer a competência legislativa plena.

d) inconstitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é concorrente, porém a superveniência de lei federal com normas gerais sobre o tema revogará a lei estadual.

89. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 206, o ensino será ministrado com base no princípio de

a) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, aos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

b) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar, nos termos de lei federal.

c) valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.

d) igualdade e equidade de condições para o acesso e a permanência nas escolas públicas oficiais.

90. Assinale a alternativa cujo conteúdo esteja em conformidade com as súmulas do Supremo Tribunal Federal.

a) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

b) Não é da competência do Município fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

c) É cabível recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.

d) Para efeito de aposentadoria especial de professores, deve ser computado o tempo de serviço prestado fora da sala de aula.

91. Sobre a disciplina constitucional do teto remuneratório dos agentes públicos e tendo em conta o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, assinale a alternativa incorreta:

a) Para observância do teto remuneratório estabelecido no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, computam-se, também, os valores percebidos anteriormente à EC 41/2003, a título de vantagens pessoais pelo servidor público, impondo-se o corte dos valores remuneratórios acima do teto.

b) O teto remuneratório dos agentes públicos, estabelecido no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal aplica-se aos empregados de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, exceto quando referidas empresas explorarem atividade econômica em sentido estrito.

c) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório deve ser aplicado separadamente para cada um dos cargos acumulados.

d) Não se aplica, para os Procuradores Municipais, como teto remuneratório, o subsídio do Prefeito, mas o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a 90,25% do subsídio, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

DIREITO ADMINISTRATIVO

92. Sobre a Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666/93), são feitas as seguintes afirmações:

I) A contratação de serviços técnicos profissionais especializados pode ocorrer apenas por meio de inexigibilidade de licitação.

II) É permitida a doação de bens imóveis da Administração a outro órgão ou entidade da Administração Pública, desde que haja licitação.

III) Ao realizarem dispensas de licitação por valor, consórcios públicos podem fazê-lo até um limite equivalente ao dobro da regra geral.

IV) Aos casos de aquisição de obras de arte e objetos históricos é possível aplicar a dispensa de licitação, mas não inexigibilidade.

Estão corretas as seguintes:

a) I e III;

b) III e IV;

c) II e IV;

d) I e II.

93. Assinale a alternativa correta sobre a delegação de serviços notariais e de registro, de acordo com o texto da Constituição Federal e a jurisprudência do STF:

a) Os serviços notariais e de registro são equiparados, para todos os fins, aos serviços públicos.

b) Norma estadual que concede aposentadoria de servidor público aos notários e oficiais de registro é constitucional.

c) O Estado responde objetivamente pelos danos causados por tabeliães e registradores.

d) A realização de concurso público para o ingresso na atividade notarial e de registro é norma constitucional de eficácia limitada, dependendo de lei estadual para viabilizar a realização dos certames.

94. Levando em consideração as diferenças entre cargos e empregos públicos, bem como o disposto na Constituição Federal a respeito de agentes públicos, é correto afirmar que

a) O servidor público ocupa cargo na Administração Direta, nas autarquias e nas empresas públicas.

b) Segundo a redação da Constituição Federal, o empregado público trabalha em qualquer órgão da Administração Direta, nas fundações e nas sociedades de economia mista.

c) O empregado público está submetido ao regime trabalhista, cujo principal diploma normativo é a Consolidação das Leis Trabalhistas.

d) A vedação de acumulação remunerada de cargos públicos não se aplica aos empregos públicos.

95. Acerca dos princípios aplicáveis à Administração Pública, assinale a única alternativa correta:

a) A razoabilidade e a proporcionalidade estão incluídas no rol de princípios expressos na Constituição da República.

b) É defeso ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

c) A função judicante é exclusiva do Poder Judiciário, pois apenas os órgãos desse Poder estão legitimados pela Constituição a exercerem a função jurisdicional do Estado.

d) O exercício do direito de greve previsto na Constituição não se estende aos agentes públicos policiais.

96. Sobre desapropriações, assinale a alternativa correta:

a) Pequenas e médias propriedades rurais podem ser insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

b) Caso um imóvel urbano não cumpra sua função social, é possível que haja sua desapropriação, caso em que a indenização será prévia e em dinheiro.

c) A competência para legislar sobre desapropriação é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

d) A Constituição prevê, como regra geral, que as indenizações das desapropriações serão pagas de maneira prévia e em títulos da dívida pública.

97. A Lei Federal nº 11.079/04 trata sobre as parcerias público-privadas (PPPs). Sobre essa modalidade de concessão de serviço público, assinale a alternativa correta:

a) A contratação de uma PPP pode se dar por meio de licitação na modalidade concorrência ou tomada de preços.

b) Antes da celebração do contrato, deve ser constituída uma sociedade de propósito específico, encarregada da gestão do projeto da parceria.

c) A fim de garantir a viabilidade do projeto, a lei prevê a existência de várias garantias ao contratado, dentre as quais não está prevista a possibilidade de vinculação de receitas.

d) A contraprestação da Administração Pública pode ser feita por meio da cessão de créditos tributários.

98. Compete ao Tribunal de Contas da União:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social qualquer ente federativo participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

III - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, Distrito Federal, Município ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

IV- prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

Estão corretas:

a) I, III e IV.

b) I, II e III

c) II, III e IV.

d) Todas as competências.

99. Acerca dos processos administrativos, assinale a alternativa que mais se aproxima da definição do princípio da oficialidade:

- a) Busca da verdade material dos fatos pela Administração, ao invés de ficar restrita aos elementos que instruem o processo.
- b) Direito de o administrado recorrer oficialmente de decisão que lhe seja desfavorável no processo administrativo.
- c) Obrigação de explicitar os fundamentos normativos e fáticos das decisões tomadas.
- d) É um encargo da própria Administração de dar andamento e impulsionar a tramitação dos processos, mesmo na inércia do interessado.

100. A respeito de atos administrativos, analise as assertivas abaixo.

I - São elementos dos atos administrativos: a competência, a forma, o motivo, o objeto e a finalidade.

II - São atributos dos atos administrativos: presunção de legalidade, legitimidade e veracidade, tipicidade, imperatividade e autoexecutoriedade.

III - Estão sujeitos a controle judicial os atos discricionários e os atos vinculados, inclusive no que tange ao mérito administrativo.

Está (ão) correta (s) a(s) seguinte(s):

- a) Todas.
- b) II e III
- c) I e II.
- d) I e III.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-MS-14-03-20>

Conheça nossos cursos



[Cursos para Cartórios](#)

Estratégia
Carreira Jurídica